



Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022

PNAD
contínua

ISBN 978-85-240-4574-5
© IBGE, 2023

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e o Ministério Público do Trabalho - MPT, investigou na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua o módulo temático sobre teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais, no 4º trimestre de 2022, considerando-se para tal o trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas no período de referência.

A investigação ocorreu em um período em que o mundo do trabalho foi afetado por importantes acontecimentos, notadamente pela ocorrência da pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, quando se observou um aumento do número de pessoas que passaram a trabalhar de forma remota, sobretudo no próprio domicílio. A expansão do uso de plataformas digitais para o exercício do trabalho também se acelerou durante a pandemia, entre outros motivos, pelo fato de que, para muitas pessoas que perderam os seus empregos, os próprios aplicativos ofereceram oportunidades de obtenção de alguma renda. Além disso, o isolamento social também pode ter contribuído para aumentar a demanda por determinados serviços por aplicativos e compras *online*. Ressalta-se que essas mudanças também foram impulsionadas por avanços tecnológicos e pela crescente demanda por maior flexibilidade em relação a horários e locais de trabalho, por parte de muitos trabalhadores, assim como pela busca por redução de custos e acesso a novos mercados, por parte de empresas.

Sensível a esse cenário, a PNAD Contínua levantou, pela primeira vez, informações para melhor compreender os fenômenos do trabalho platformizado e do teletrabalho no País. O presente informativo abrange indicadores sobre o perfil sociodemográfico e sobre as características do trabalho da população ocupada que utilizava plataformas digitais para o exercício do trabalho, assim como sobre as pessoas que estavam em trabalho remoto ou teletrabalho no período de referência considerado. As estatísticas ora divulgadas, cumpre destacar, são experimentais, isto é, estão sob avaliação porque ainda não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia.

Trabalhadores platformizados



Teletrabalhadores



Sexo (%)

Homem	Mulher	Homem	Mulher
81,3%	18,7%	51,2%	48,8%

Principal nível de instrução (%)

Médio completo ou superior incompleto	61,3%	Superior completo	69,1%
---------------------------------------	--------------	-------------------	--------------

Principal categoria do emprego (%)

Conta própria	77,1%	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	39,6%
---------------	--------------	--	--------------

Principal grupamento de atividade (%)

Transporte, armazenagem e correio	67,3%	Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	40,6%
-----------------------------------	--------------	---	--------------



Plataforma digital utilizada (%)

Trabalhadores platformizados

Aplicativo de táxi (1)	13,9%	Aplicativo de entrega de comida, produtos, etc.	39,5%
Aplicativo de transporte particular de passageiros (2)	47,2%	Aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais	13,2%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

(1) Aplicativo próprio para motoristas de táxi, incluindo aplicativos de cooperativas locais de taxistas e outros aplicativos voltados para a categoria.
(2) Exclusive aplicativo de táxi.

¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.

² Para a pessoa com mais de um trabalho na semana de referência, isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalhava normalmente maior número de horas semanais. Havendo igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, define-se como principal aquele que proporcionava normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tinha mais tempo de permanência.

Trabalho por meio de plataformas digitais

Nos últimos anos, observou-se o avanço do trabalho realizado por meio de aplicativos de serviços³, além de outras plataformas digitais, o que decorre, sobretudo, de diversas inovações tecnológicas nas áreas de informação e comunicação e do advento da economia digital⁴. Esse fenômeno tem levado a importantes transformações nos processos e nas relações de trabalho, com potenciais impactos sobre o mercado de trabalho no País e sobre os negócios/empresas de setores tradicionais da economia.

As plataformas digitais de trabalho são uma parte específica da economia digital. Elas conectam trabalhadores a empresas e clientes e têm assumido uma importância crescente no mundo do trabalho. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO)⁵, se, de um lado, as plataformas digitais de trabalho têm oferecido oportunidades de geração de renda para muitos trabalhadores e permitido que empresas alcancem novos mercados e reduzam custos, por outro, elas também representam um importante desafio, especialmente no que se refere às condições de trabalho. Entre os desafios que envolvem os trabalhadores plataformizados, a OIT cita o acesso a direitos trabalhistas e seguridade social, a capacidade de geração de uma renda adequada e a extensão das jornadas de trabalho. As plataformas digitais de trabalho, ainda que possam se apresentar apenas como intermediárias entre clientes e fornecedores individuais (trabalhadores plataformizados e outras empresas), com frequência detêm um importante controle sobre a organização e a alocação do trabalho e sobre a remuneração dos trabalhadores.

Em vista do avanço das plataformas digitais no Brasil e de seus potenciais impactos sobre as condições de trabalho das pessoas que utilizam tais aplicativos para exercer sua ocupação, torna-se fundamental a disponibilização de uma base de dados que possibilite melhor quantificar e compreender o fenômeno da plataformização do trabalho no País. Com esse propósito, a PNAD Contínua investigou, no 4º trimestre de 2022, o exercício do trabalho por meio de plataformas digitais⁶ no trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência, considerando-se a população ocupada de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no

setor público e militares. Para tal, quatro tipos de plataformas digitais de trabalho foram contemplados – aplicativos de táxi; aplicativos de transporte particular de passageiros (exclusive aplicativo de táxi); aplicativos de entrega de comida, produtos etc.; e aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais –, e se investigou se a pessoa ocupada obteve clientes e prestou serviços por meio dessas ferramentas. Especificamente para os trabalhadores por conta própria e para os empregadores que não realizaram trabalho por meio de plataformas de serviços, também se investigou, no âmbito do trabalho principal, se a pessoa obteve clientes e vendeu produtos regularmente por meio de plataformas de comércio eletrônico.

No presente informativo, são apresentados indicadores sobre o contingente e o percentual das pessoas ocupadas que utilizavam plataformas digitais de serviços para exercer o trabalho, além do total de trabalhadores, por tipo de aplicativo, entre os pesquisados. Buscou-se descrever o perfil sociodemográfico dos trabalhadores plataformizados e alguns aspectos relativos ao seu trabalho, entre os quais a posição na ocupação, os rendimentos médios habituais e as horas médias trabalhadas, evidenciando-se, ainda, as diferenças observadas nesses indicadores frente ao conjunto da população ocupada ou em relação aos ocupados não plataformizados. Para os trabalhadores plataformizados⁷, investigou-se, também, a sua dependência em relação a essas plataformas quanto à determinação do valor a ser recebido pelo trabalho, aos prazos para cumprimento de tarefas e à escolha de clientes, além da influência dos aplicativos na determinação da jornada de trabalho.

Plataformas digitais de serviços

No Brasil, no 4º trimestre de 2022, a população ocupada de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares⁸, foi estimada em 87,2 milhões de pessoas, das quais 2,1 milhões realizavam trabalho por meio de plataformas digitais de serviços ou obtinham clientes e efetuavam vendas por meio de plataformas de comércio eletrônico no trabalho principal. Desse total, 1 490 mil pessoas trabalhavam por meio de aplicativos de serviços, e 628 mil utilizavam plataformas de comércio.

³ No presente informativo, os termos plataformas digitais de trabalho, plataformas digitais de serviços e aplicativos de serviço são empregados como sinônimos.

⁴ Conforme definição da OCDE, “a economia digital incorpora todas as atividades econômicas dependentes ou significativamente aprimoradas pelo uso de insumos digitais, incluindo tecnologias digitais, infraestrutura digital, serviços e dados digitais. Refere-se a todos os produtores e consumidores, incluindo o governo, que utilizam tais insumos digitais em suas atividades econômicas” (tradução nossa). Para informações mais detalhadas, consultar: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *A roadmap toward a common framework for measuring the digital economy: report for the G20 Digital Economy Task Force*. Paris: OECD, 2020. p. 5. Disponível em: <https://www.oecd.org/sti/roadmap-toward-a-common-framework-for-measuring-the-digital-economy.pdf>. Acesso em: out. 2023.

⁵ A OIT classifica as plataformas digitais de trabalho em duas categorias principais: plataformas baseadas em localização (*location-based platforms*), por meio das quais as tarefas são realizadas presencialmente em locais físicos especificados, abrangendo serviços de transporte particular de passageiros, serviços de entrega e diversos tipos de serviços gerais, tais como serviços de eletricitas e encanadores, serviços de faxina, cuidado de pessoas, entre outros; e plataformas de trabalho *online* baseadas na *web* (*online web-based platforms*), onde as tarefas são executadas *online* e remotamente por trabalhadores, incluindo trabalhos *freelance* nas áreas jurídica, de tradução, serviços de TI e programação, consultas médicas *online* etc., além de tarefas específicas (*micro-tasks*), tais como moderação de conteúdo, transcrição de vídeos etc. Além das plataformas digitais de trabalho (serviços), há outras categorias de plataformas digitais, incluindo as de comércio eletrônico (*e-commerce platforms*), de mídia social, de comunicação, entre outras. Para informações mais detalhadas, consultar: WORLD employment and social outlook 2021: the role of digital labour platforms in transforming the world of work. Geneva: International Labour Organization - ILO, 2021. 282 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_771749.pdf. Acesso em: out. 2023.

⁶ Para informações mais detalhadas sobre a metodologia e os conceitos da pesquisa, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre o módulo Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022*. Rio de Janeiro, 6 out. 2023. 18 p. Nota técnica 02/2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2023.

⁷ O termo trabalhadores plataformizados refere-se à população ocupada que realizava trabalho por meio de plataformas digitais de serviços, tais como motoristas e entregadores de aplicativo, entre outros.

⁸ No presente informativo, tal contingente é denominado população ocupada no setor privado e abrange as seguintes categorias: empregado no setor privado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador e trabalhador familiar auxiliar.

Ao considerar, especificamente, as plataformas digitais de serviços, foco desta análise, observa-se que 1,7% da população ocupada no setor privado trabalhava por meio desses aplicativos. A análise por Grandes Regiões aponta que a Região Sudeste (2,2%) registrou o maior percentual, concentrando 57,9% (862 mil pessoas) do total de trabalhadores plataformizados no País. Nas demais Regiões, o percentual de pessoas ocupadas que realizavam trabalho por meio de aplicativos de serviços variou entre 1,3% e 1,4%.

Pessoas ocupadas na semana de referência, por trabalho por meio de plataforma digital de serviço

Grandes Regiões	Pessoas ocupadas na semana de referência		
	Total (1 000 pessoas)	Trabalho por meio de plataforma digital de serviço	
		Total (1 000 pessoas)	Percentual (%)
Brasil	87 240	1 490	1,7
Norte	6 848	95	1,4
Nordeste	19 099	248	1,3
Sudeste	39 841	862	2,2
Sul	14 143	181	1,3
Centro-Oeste	7 308	103	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares.

A PNAD Contínua também coletou informações sobre os tipos de aplicativos de serviços utilizados. No Brasil, entre as pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais de serviços no trabalho principal⁹, 47,2% (704 mil pessoas) utilizavam, nesse trabalho, aplicativos de transporte particular de passageiros (exclusive aplicativo de táxi); 39,5% (589 mil pessoas), aplicativos de entrega de comida, produtos etc.; 13,9% (207 mil pessoas), aplicativos de táxi; e 13,2% (197 mil pessoas), aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais¹⁰. Considerando-se as pessoas que trabalhavam por meio de aplicativos de transporte de passageiros, seja ou não de táxi, observa-se que, no País, havia 778 mil pessoas exercendo tal atividade, no trabalho principal, o que corresponde a 52,2% dos trabalhadores plataformizados.

Quando se analisa a utilização de plataformas digitais de trabalho por tipos de aplicativo, observa-se, portanto, que há um forte predomínio daqueles voltados às atividades de transporte particular de passageiros (incluindo os aplicativos de táxi) e de prestação de serviços de entrega de comida, produtos etc. A utilização de aplicativos voltados para a prestação de serviços gerais ou profissionais se mostrou menos usual, cabendo destacar, no entanto, que a Região Sudeste concentrava 61,4% das pessoas ocupadas no País que trabalhavam por meio de tais aplicativos.

Características sociodemográficas

Observa-se que os trabalhadores plataformizados apresentavam, em média, características sociodemográficas distintas quando comparados aos não plataformizados ou ao total de ocupados no setor privado, tanto por sexo, quanto por nível de instrução, como por grupos etários, o que reflete as diferenças na taxa de utilização de aplicativos entre os distintos grupos. Como os trabalhadores não plataformizados correspondem a 98,3% do total de ocupados no setor privado, o perfil sociodemográfico desses dois grupos tende a ficar bastante próximo.

Entre os homens, 2,4% trabalhavam por meio de plataformas digitais de serviços em seu trabalho principal, enquanto para as mulheres esse percentual era 0,8%. Com esse diferencial por sexo na utilização de tais aplicativos, a população plataformizada era composta, majoritariamente, por homens, com 81,3% do total, enquanto as mulheres representavam apenas 18,7%. Entre os trabalhadores não plataformizados, embora os homens também fossem maioria (58,7%), o percentual de mulheres (41,3%) situava-se em patamar bastante superior ao estimado para os plataformizados. Para o total da população ocupada (exclusive no setor público), os percentuais de homens e mulheres correspondiam a 59,1% e 40,9%, respectivamente.

A distribuição etária dos ocupados revela que o grupo de 25 a 39 anos correspondia a 48,4% das pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais de trabalho, ao passo que, entre os não plataformizados, essa proporção era 39,5%. Os demais grupos etários, tanto os mais jovens, abaixo de 25 anos, quanto os acima de 39 anos, apresentaram menor participação entre os plataformizados quando comparados aos demais ocupados.

Ao analisar a população ocupada por nível de instrução, observa-se que, entre os plataformizados, prevaleciam as pessoas com níveis intermediários de escolaridade, sobretudo com nível médio completo ou superior incompleto (61,3%). Tal grupo correspondia a 43,1% do total da população ocupada não plataformizada. As pessoas com ensino fundamental completo ou médio incompleto correspondiam a 16,5% dos plataformizados e a 15,6% dos ocupados que não trabalhavam por meio de plataformas digitais de trabalho.

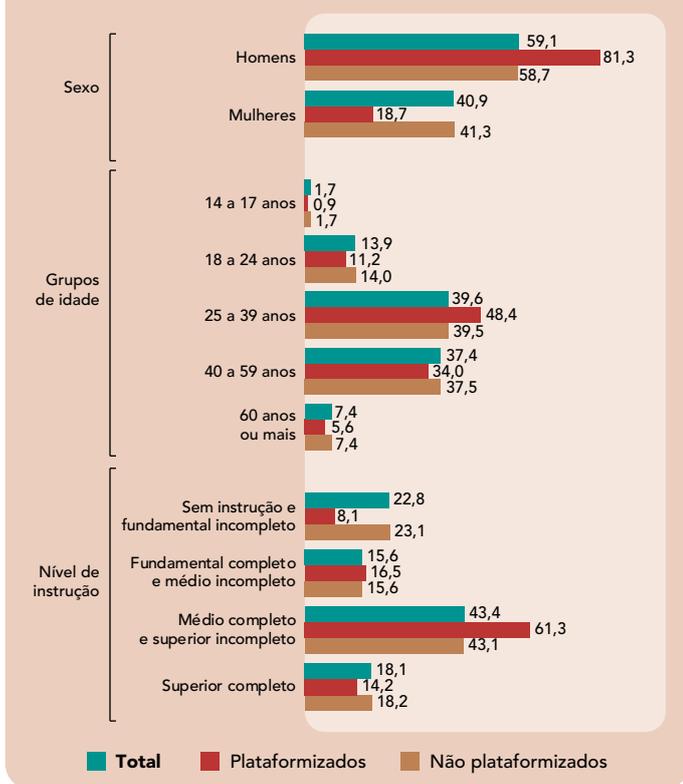
Considerando-se as pessoas com o nível superior completo, por outro lado, observa-se a sua menor participação entre os plataformizados (14,2%) em comparação aos não plataformizados (18,2%). Contudo, uma diferença ainda maior foi observada entre as pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto, as quais correspondiam a apenas 8,1% do total de ocupados que trabalhavam por meio de aplicativos, mas representavam 23,1% dos não plataformizados.

Quanto à composição por cor ou raça, não foram observadas diferenças importantes entre os grupos que utilizavam e não utilizavam plataformas digitais de serviços no trabalho principal.

⁹ Saliencia-se que uma mesma pessoa, em seu trabalho principal, pode trabalhar por meio de mais de um tipo de plataforma digital de trabalho, como, por exemplo, aplicativo de táxi e aplicativo de transporte particular de passageiros (exclusive aplicativo de táxi).

¹⁰ Esse grupo abrange tanto as plataformas de serviços executados *in loco*, como faxina, lavagem, cuidado de pessoas, reformas e reparos etc., quanto as voltadas a serviços profissionais executados *online*, como os de engenharia e arquitetura, tradução e redação, TI e programação, *design*, serviços jurídicos, consultas médicas *online*, entre outros. Existem, também, plataformas mistas que abrangem ambos os tipos de trabalho.

Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência, por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
 Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, excluído os empregados no setor público e militares.

Características do trabalho

Posição na ocupação e categoria do emprego, atividade e ocupação

O enfoque de posição na ocupação e categoria do emprego aponta que 4,5% das pessoas ocupadas por conta própria e 2,3% dos empregadores trabalhavam por meio de plataformas digitais de trabalho em 2022. Entre os empregados no setor privado, a taxa se mostrou maior entre aqueles sem carteira de trabalho assinada (1,0%), com apenas 0,2% dos empregados com carteira de trabalho assinada exercendo trabalho por meio desses aplicativos.

Ao analisar a distribuição dos ocupados plataformizados por posição na ocupação e categoria do emprego, observa-se a prevalência de trabalhadores por conta própria, que correspondiam a 77,1% do total de trabalhadores por aplicativo. Os empregadores eram 6,6% dos plataformizados, e os empregados no setor privado¹¹ represen-

tavam 15,2%. Entre os empregados, predominavam aqueles sem carteira assinada, com participação de 9,3% no total de trabalhadores por aplicativo, enquanto os empregados com carteira de trabalho assinada somavam apenas 5,9%. Esses valores contrastam com o que se observa para o total de ocupados no setor privado, composto por 29,2% de trabalhadores por conta própria; 4,9% de empregadores; 15,2% de empregados sem carteira assinada; e 42,2% de empregados com carteira. O forte predomínio de trabalhadores por conta própria entre os plataformizados sugere que a estratégia que as plataformas digitais utilizam para a captação de seus prestadores de serviços não ocorre, majoritariamente, por meio de contratação direta, visto manterem a maior parte desses trabalhadores na condição de colaboradores ou trabalhadores independentes. No entanto, ainda que, na grande maioria dos casos, não sejam estabelecidos vínculos empregatícios formais com as empresas que controlam tais aplicativos, há evidências de certo grau de dependência desses trabalhadores em relação às plataformas, conforme discutido adiante.

Refletindo o fato de que os aplicativos de transporte de passageiros e de serviços de malote e entrega são os mais difundidos no País, constata-se que, entre os grupamentos de atividade, o de *Transporte, armazenagem e correios* registrou o maior percentual de pessoas que utilizavam aplicativos no trabalho principal. Nesse grupamento, 19,4% dos ocupados eram plataformizados. Nas atividades de *Alojamento e alimentação*, esse percentual alcançava 4,7% dos ocupados, destacando-se a utilização de aplicativos de entrega por parte de restaurantes e outros estabelecimentos do ramo de alimentação.

Para as demais atividades econômicas, verifica-se que o percentual de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais de serviço não alcançou 1% dos ocupados, ainda que tais ferramentas estivessem disponíveis para a prestação de variados tipos de serviços.

Percebe-se, assim, uma forte prevalência de trabalhadores plataformizados ocupados no grupamento de *Transporte, armazenagem e correios*, que concentrava 67,3% das pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais de trabalho, seguido de *Alojamento e alimentação*, com 16,7%. Considerando-se o total de ocupados no setor privado, as participações desses grupamentos eram 5,9% e 6,1%, respectivamente. Os grupamentos de *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*¹², *Serviço doméstico* e *Indústria* respondiam, conjuntamente, por menos de 2% do total de plataformizados no País, considerando-se a atividade no trabalho principal.

A distribuição por grupamentos ocupacionais mostra que 67,9% dos plataformizados pertenciam à categoria de *operadores de instalações e máquinas e montadores*, que abrange os condutores de motocicletas e de automóveis, incluindo os motoboys e motoristas entregadores, taxistas e motoristas de aplicativo. A prevalência dessas ocupações entre os trabalhadores por aplicativos poderia explicar a menor participação de mulheres entre as pessoas que atualmente trabalham por meio de plataformas digitais no País, como descrito anteriormente, uma vez que tais ocupações ainda são amplamente exercidas por homens¹³.

¹¹ Vale ressaltar que os plataformizados na condição de empregados do setor privado, conforme classificados na pesquisa, não necessariamente possuem vínculo de trabalho com as próprias empresas responsáveis pelos aplicativos, sendo, em geral, empregados de empresas que utilizam tais aplicativos para a captação de clientes e a prestação de serviços/ vendas de produtos.
¹² O baixo contingente de trabalhadores plataformizados nessa categoria pode gerar elevados coeficientes de variação, portanto, a estimativa para esse grupamento de atividade deve ser analisada com cautela. O mesmo ocorre para o grupamento ocupacional dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.
¹³ Ao considerar o total da população ocupada exercendo as ocupações de condutores de automóveis ou motocicletas, no 4º trimestre de 2022, observa-se que 95,0% eram homens.

Os trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados formavam o segundo grupamento ocupacional mais frequente entre as pessoas que trabalhavam por meio de aplicativos de serviços, correspondendo a 14,0% do total de plataformizados. Por outro lado, enquanto as ocupações elementares representavam 17,5% do total de ocupados no setor privado, sendo o segundo grupamento ocupacional mais numeroso, representavam tão somente 4,4% dos plataformizados. Para algumas ocupações mais qualificadas, como os profissionais das ciências e intelectuais, também se observou menor participação entre os plataformizados. Tais profissionais correspondiam a apenas 3,4% do total de plataformizados, embora representassem 9,3% do total de ocupados no setor privado.

Rendimentos e horas trabalhadas

No 4º trimestre de 2022, o rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal (calculado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, exclusive os empregados no setor público e militares) foi estimado em R\$ 2 513. Entre os plataformizados, esse valor alcançava R\$ 2 645, estimativa 5,4% superior à do rendimento médio dos não plataformizados (R\$ 2 510).

O maior diferencial de rendimentos dos plataformizados em relação aos não plataformizados foi observado na Região Nordeste, onde os primeiros obtinham rendimento médio de R\$ 1 890, 23,5%, portanto, superior ao dos demais ocupados (R\$ 1 530). Contudo, ainda assim, o rendimento médio dos plataformizados no Nordeste se situava abaixo do estimado para os trabalhadores plataformizados nas demais Grandes Regiões. A Região Sudeste, por outro lado, foi a única em que os plataformizados apresentaram rendimento médio habitual (R\$ 2 733) inferior ao das pessoas que não utilizavam plataformas digitais de serviços no trabalho principal (R\$ 2 923).

Rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas na semana de referência, por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal (R\$)

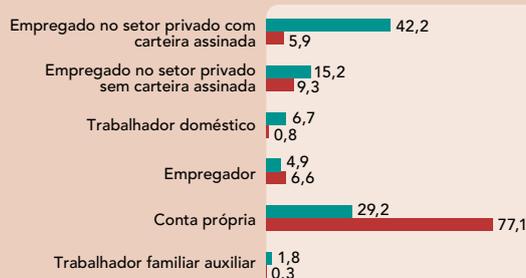


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

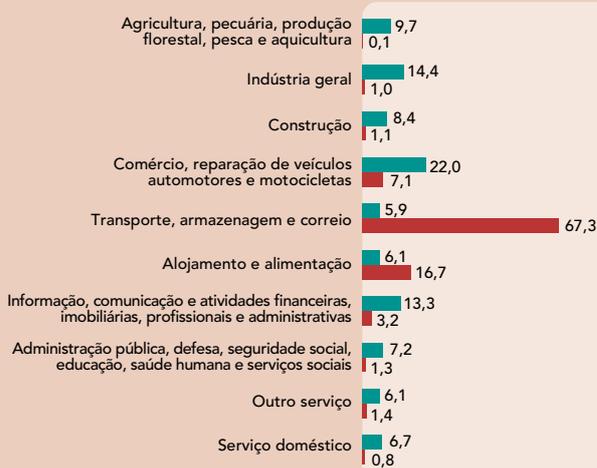
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade com rendimento de trabalho habitualmente recebido no trabalho principal, exclusive os empregados no setor público e militares.

Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência, por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal (%)

Posição na ocupação e categoria do emprego



Grupamentos de atividade



Grupamentos de ocupação



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

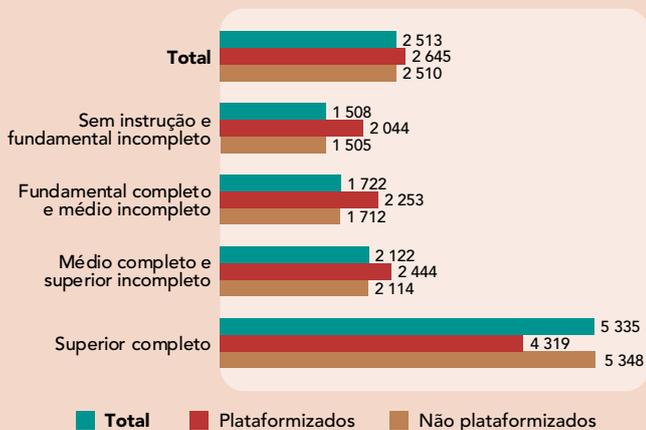
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares. Dessa forma, a quase totalidade dos ocupados no grupamento de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais abrangidos nesse módulo da pesquisa refere-se aos ocupados no setor privado nos ramos de educação, saúde e serviços sociais.

Ao comparar os diferenciais de rendimentos entre ocupados plataformizados e não plataformizados, é importante considerar que existem diferenças na composição desses dois grupos quanto ao nível de instrução, assim como em relação às ocupações predominantemente exercidas, especialmente no que se refere à menor proporção, entre os plataformizados, de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto, ou do grupamento de *ocupações elementares*. Esses fatores poderiam explicar, ao menos parcialmente, as diferenças no rendimento médio, razão pela qual se buscou avaliar os diferenciais de rendimentos habituais entre plataformizados e não plataformizados, considerando-se o nível de instrução.

Percebe-se que, no País, para os dois grupos menos escolarizados, o rendimento médio mensal real das pessoas que trabalhavam por meio de aplicativos de serviço ultrapassava em mais de 30% o rendimento das que não faziam uso dessas ferramentas digitais. Por outro lado, entre as pessoas com o nível superior completo, o rendimento dos plataformizados (R\$ 4 319) era 19,2% inferior ao daqueles que não trabalhavam por meio de aplicativos de serviços (R\$ 5 348), condição essa confirmada em todas as Grandes Regiões.

Uma hipótese que poderia explicar, ao menos parcialmente, a desvantagem salarial dos trabalhadores plataformizados com o nível superior completo em relação aos demais ocupados com o mesmo nível de escolaridade refere-se às diferenças ocupacionais entre os dois grupos. Uma parte considerável dos trabalhadores plataformizados com o superior completo exerce ocupações que exigem níveis de qualificação inferiores aos que eles possuem, o que é o caso, por exemplo, da ocupação de motorista de aplicativo. Essa situação pode ocorrer, entre outros motivos, pela falta de oportunidades de emprego que melhor se adequem a suas habilidades¹⁴. Não obstante existirem aplicativos de serviços profissionais, voltados sobretudo para profissionais com formação superior, tais aplicativos ainda são menos difundidos no País.

Rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas na semana de referência, por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal, segundo o nível de instrução (R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade com rendimento de trabalho habitualmente recebido no trabalho principal, exclusive os empregados no setor público e militares.

Ao analisar a jornada de trabalho, verifica-se que, no Brasil, os trabalhadores plataformizados trabalhavam habitualmente, em média, 46,0 horas por semana no trabalho principal, sendo essa jornada 6,5 horas mais extensa que a dos demais ocupados (39,5 horas).

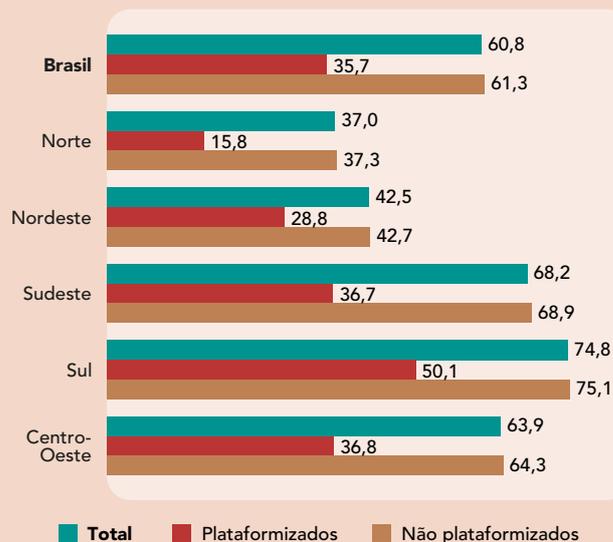
Em todas as Grandes Regiões, observa-se que a média de horas habitualmente trabalhadas por semana entre os plataformizados é maior que a dos não plataformizados, com essa diferença variando de 5,6 horas, na Região Sudeste, a 7,8 horas, na Nordeste. Dessa forma, as diferenças nas horas habitualmente trabalhadas, entre plataformizados e não plataformizados, também poderia contribuir para os diferenciais de rendimento entre esses dois grupos.

Contribuição para a previdência

Quanto à contribuição para instituto oficial de previdência em qualquer trabalho, observa-se que, no País, 60,8% das pessoas ocupadas no setor privado eram contribuintes em 2022. Entre os trabalhadores plataformizados, contudo, esse percentual situava-se em apenas 35,7%, daí se concluindo que mais de 60% das pessoas que trabalhavam por meio de aplicativos de serviços não estavam asseguradas por instituto de previdência.

Na Região Norte, a proporção de plataformizados que contribuíam para a previdência em algum trabalho situava-se em apenas 15,8%, enquanto na Região Sul aproximadamente metade (50,1%) desses trabalhadores o faziam.

Pessoas que contribuíam para instituto de previdência em qualquer trabalho, por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, exclusive os empregados no setor público e militares.

¹⁴ Conforme a OIT, constata-se, a partir de dados de diversos países, que a falta de oportunidades alternativas de emprego é um fator motivador primordial para muitos trabalhadores em plataformas baseadas em localização, como nos setores de transporte particular de passageiros e de entregas por aplicativo. Para informações mais detalhadas, consultar a publicação sugerida na nota 4.

Condutores em serviços de transporte de passageiros e de entrega

Conforme apresentado anteriormente, entre os diferentes tipos de plataformas digitais de trabalho, as de transporte particular de passageiros, incluindo aplicativos de táxi, e as de entrega abrangem a maior parte da população ocupada plataformizada no País; por essa razão, buscou-se analisar a utilização de tais aplicativos especificamente por parte dos condutores de automóveis, em atividades de transporte rodoviário de passageiros, e dos condutores de motocicletas, em atividades de malote e entrega. Para tal análise, foram comparadas, para as pessoas que exercem ocupações similares e em atividades correlatas, as diferenças observadas entre os trabalhadores plataformizados e os não plataformizados em relação aos seguintes aspectos: rendimento médio mensal real habitualmente recebido no trabalho principal, média de horas habitualmente trabalhadas por semana, e percentual de contribuintes para instituto de previdência em qualquer trabalho.

Condutores de automóveis no transporte particular de passageiros

Considerando-se, exclusivamente, o trabalho principal, estimou-se, em 2022, um contingente de 1,2 milhão de pessoas ocupadas como condutores de automóveis na atividade principal de transporte rodoviário de passageiros no País. Desse total, 60,5% (721 mil pessoas) trabalhavam por meio de aplicativos de transporte particular de passageiros, inclusive aplicativos de táxi, enquanto 39,5% (471 mil) não utilizavam esses aplicativos.

Conforme estimativas da PNAD Contínua, o rendimento médio mensal real habitualmente recebido no trabalho principal pelos motoristas que utilizavam aplicativos de transporte de passageiros era R\$ 2 454, ligeiramente superior ao observado entre os condutores não plataformizados (R\$ 2 412).

Indicadores das pessoas ocupadas na semana de referência como condutores de automóveis em atividade de transporte rodoviário de passageiros, segundo a condição de trabalho

Condição de trabalho	Rendimento médio mensal real habitualmente recebido no trabalho principal (R\$)	Média de horas habitualmente trabalhadas por semana	Contribuintes para instituto de previdência em qualquer trabalho (%)
Total	2 437	45,1	31,6
Plataformizados	2 454	47,9	23,6
Não plataformizados	2 412	40,9	43,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Notas: 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares.

2. Por meio de aplicativo de táxi ou outro aplicativo de transporte de passageiros no trabalho principal.

Assim como observado para o total de trabalhadores plataformizados, verifica-se, todavia, que a média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal dos motoristas de aplicativo (47,9 horas) era, também, superior à dos que não traba-

lhavam por meio de aplicativos de transporte de passageiros (40,9 horas), perfazendo uma diferença na jornada semanal de 7,0 horas a mais para os trabalhadores de aplicativo. Portanto, havia uma diferença de 17,1% na média de horas trabalhadas, ao passo que o diferencial de rendimentos correspondia a apenas 1,7%.

Observa-se que 31,6% dos condutores de automóveis no transporte de passageiros, sejam eles plataformizados ou não, estavam cobertos por instituto de previdência, percentual esse substancialmente abaixo do observado para o total de ocupados no setor privado, cuja proporção de contribuintes alcançava 60,8%. Entre os motoristas plataformizados, o percentual de contribuintes era ainda menor (23,6%), ao passo que 43,9% dos não plataformizados contribuíam para instituto de previdência.

Condutores de motocicletas nos serviços de malote e entrega

Quanto aos condutores de motocicletas em atividades de malote e entrega no trabalho principal, a PNAD Contínua estimou um contingente de 338 mil pessoas. Desse total, 50,8% (171 mil) realizavam trabalho por meio de aplicativos de entrega, enquanto 49,2% (166 mil) não o faziam.

Diferentemente do observado para os motoristas no transporte particular de passageiros, nas atividades de malote e entrega, o rendimento habitual médio dos motociclistas plataformizados (R\$ 1 784) representava apenas 80,7% daquele recebido pelos não plataformizados (R\$ 2 210). Ademais, os entregadores plataformizados tinham, em média, jornadas semanais de trabalho de 47,6 horas, perfazendo, portanto, 4,8 horas a mais do que a média de horas habitualmente trabalhadas por semana pelos não plataformizados (42,8 horas), o que torna o rendimento/hora dos entregadores plataformizados ainda menor que o dos demais.

Indicadores das pessoas ocupadas na semana de referência como condutores de motocicletas em atividade de malote e entrega, segundo a condição de trabalho

Condição de trabalho	Rendimento médio mensal real habitualmente recebido no trabalho principal (R\$)	Média de horas habitualmente trabalhadas por semana	Contribuintes para instituto de previdência em qualquer trabalho (%)
Total	1 994	45,2	31,0
Plataformizados	1 784	47,6	22,3
Não plataformizados	2 210	42,8	39,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Notas: 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares.

2. Por meio de aplicativo de entrega no trabalho principal.

Em relação à contribuição para instituto de previdência, verifica-se que 31,0% do total de motociclistas o efetuavam. Entre aqueles que trabalhavam por meio de aplicativos de entrega, 22,3% eram contribuintes, percentual esse substancialmente menor que o daqueles que não utilizavam esses aplicativos (39,8%). Constata-se, portanto, que uma pequena parcela dos condutores plataformiza-

dos, sejam eles motoristas no transporte particular de passageiros ou motociclistas entregadores, tinha acesso à seguridade social, embora, no exercício do trabalho de condutor, possam estar expostos a acidentes ou outros riscos relacionados à ocupação.

Dependência em relação às plataformas digitais de trabalho

A PNAD Contínua também investigou a dependência dos plataformizados em relação aos aplicativos¹⁵ no que se refere aos seguintes aspectos: valor a ser recebido pelo trabalho realizado, clientes a serem atendidos, prazo para realização de suas tarefas, e forma de recebimento do pagamento. Para tal análise, com o objetivo de diferenciar o grau de dependência para os diferentes tipos de plataforma digital, considerou-se apenas as pessoas que utilizavam um único tipo de aplicativo¹⁶. No caso dos aplicativos de entrega, a análise da dependência foi restrita a ocupações compatíveis com a função de entregador¹⁷.

Observa-se que há diferenças substanciais entre os tipos de aplicativos de serviços em relação à dependência dos trabalhadores. Para todos os aspectos pesquisados, os trabalhadores de aplicativos de transporte de passageiros (exclusive aplicativo de táxi) e os entregadores em aplicativos de entrega revelaram os maiores graus de dependência em relação à plataforma. Por outro lado, o menor grau de dependência foi verificado entre aqueles que utilizavam plataformas de prestação de serviços gerais ou profissionais.

No que se refere, especificamente, ao valor a ser recebido por cada tarefa ou trabalho entregue, observa-se que, entre as pessoas que trabalhavam por meio de aplicativo de transporte particular de passageiros (exclusive táxi), 97,3% afirmaram que o valor era determinado pelo aplicativo. Para os demais tipos de plataformas de serviços, foram estimados os seguintes percentuais de dependência em relação à plataforma: aplicativos de entrega, 84,3%; aplicativos de táxi, 79,9%; e aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais, 31,9%.

Para a maior parte dos plataformizados, também se verificou que o aplicativo determinava os clientes a serem atendidos e a forma de recebimento do pagamento, exceto para aqueles que trabalhavam por meio de aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais. Assim, o percentual de pessoas que afirmaram que a plataforma determinava os clientes a serem atendidos variou de 35,8%, entre aqueles que utilizavam aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais, a 87,2%, considerando-se os que utilizavam aplicativos de transporte particular de passageiros (exclusive táxi). Em relação à forma de recebimento dos pagamentos, os percentuais para esses mesmos tipos de aplicativos foram 28,8% e 82,9%, respectivamente; no entanto, o maior percentual desse último indicador foi observado para os entregadores em aplicativos de entrega (84,3%).

Entre os aspectos analisados, o menor grau de dependência foi verificado quanto ao prazo para a realização da tarefa ou atividade.

Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência que trabalhavam por meio de plataformas de serviços, por tipo de dependência em relação à plataforma e existência de dependência, segundo o tipo de plataforma de serviço utilizada no trabalho principal (%)

Tipo de plataforma de serviço utilizada no trabalho principal (1)	Tipo de dependência em relação à plataforma e existência de dependência (%)							
	Valor a ser recebido por cada tarefa realizada ou trabalho entregue		Clientes a serem atendidos		Prazo para realização da tarefa ou atividade		Forma de recebimento do pagamento	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Aplicativo de táxi (2)	79,9	19,0	78,4	20,2	62,3	34,7	71,5	27,0
Aplicativo de transporte particular de passageiros (3)	97,3	2,5	87,2	11,2	67,5	30,0	82,9	15,4
Aplicativo de entrega - Entregadores	84,3	15,7	85,3	14,6	80,0	16,8	84,3	14,1
Aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais	31,9	68,0	35,8	63,6	27,8	71,5	28,8	69,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares.

(1) Inclui apenas as pessoas que exerceram trabalho por um único tipo de aplicativo de serviços, dentre os pesquisados. (2) Aplicativo próprio para motoristas de táxi, incluindo aplicativos de cooperativas locais de taxistas e outros aplicativos voltados para a categoria. (3) Exclusive aplicativo de táxi.

¹⁵ Conforme relatório produzido conjuntamente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) e a União Europeia - UE (European Union - EU), no trabalho plataformizado, "a plataforma digital ou aplicativo de celular controla e/ou organiza aspectos essenciais das atividades, como o acesso aos clientes, a avaliação das atividades realizadas, as ferramentas necessárias para a condução do trabalho, a facilitação de pagamentos e a distribuição e priorização dos trabalhos a serem realizados" (tradução nossa). Para informações mais detalhadas, consultar: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION; EUROPEAN UNION. *Handbook on measuring digital platform employment and work*. Paris: OECD, 2023. p. 7. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0ddcac3b-en>. Acesso em: out. 2023.

¹⁶ Considerando-se o total de plataformizados, 87,9% usavam um único tipo de aplicativo de serviço, entre os considerados na pesquisa.

¹⁷ Para tal, foram considerados os condutores de diversos tipos de veículos automotores (motocicletas, automóveis e caminhões), condutores de veículos acionados a pedal, condutores de veículos de tração animal, carregadores e entregadores de encomendas.

de; no entanto, ainda assim, 80,0% dos entregadores em aplicativos de entrega, 67,5% dos trabalhadores em aplicativos de transporte particular de passageiros (exclusive táxi) e 62,3% dos trabalhadores em aplicativos de táxi relataram que a plataforma determinava tais prazos. Nos aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais, por outro lado, o percentual foi 27,8%. Os dados revelam, portanto, autonomia e controle limitados sobre o exercício do próprio trabalho, sobretudo para os trabalhadores plataformizados dos setores de transporte particular de passageiros e de entrega.

Influência dos aplicativos de serviços na determinação da jornada de trabalho

Ainda que a maior flexibilidade na escolha de quando e onde trabalhar possa ser apontada como uma vantagem do trabalho plataformizado, observa-se que os trabalhadores plataformizados tinham, em média, jornadas semanais mais extensas em comparação aos não plataformizados. A PNAD Contínua investigou a influência de tais aplicativos sobre a jornada de trabalho dos trabalhadores plataformizados, abrangendo diferentes estratégias potencialmente empregadas pelas plataformas, tais como: incentivos, bônus ou promoções que mudam os preços; ameaças de punições ou bloqueios realizados pela plataforma; e sugestão de turnos e dias pela plataforma. Além disso, observou-se, também, a possibilidade de escolha de dias e horários de forma independente.

Ao restringir a análise às pessoas que utilizavam um único tipo de aplicativo no trabalho principal¹⁸, nota-se que as que trabalhavam por meio de aplicativos de transporte particular de passageiros (exclusive táxi) relataram maior influência das plataformas na determinação de sua jornada de trabalho, considerando-se as diferentes

formas de influência, ao passo que, entre aquelas que utilizavam aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais, observa-se um grau de influência das plataformas bem inferior aos demais.

Entre as pessoas que utilizavam aplicativos de transporte particular de passageiros (exclusive aplicativo de táxi), 63,2% afirmaram que a jornada de trabalho era influenciada por meio de incentivos, bônus ou promoções que mudam os preços; 42,3%, por ameaças de punições ou bloqueios realizados pela plataforma; e 29,2%, por meio de sugestão de turnos e dias. Ainda assim, 83,8% desses trabalhadores afirmaram ter a possibilidade de escolha de dias e horários de forma independente.

Para as pessoas que trabalhavam por meio dos demais tipos de aplicativos, também se observa que a forma mais recorrente de influência das plataformas sobre suas jornadas de trabalho ocorria por meio de incentivos, bônus ou promoções que mudam os preços, como informado por 54,5% dos entregadores em aplicativos de entrega; 32,2% dos trabalhadores em aplicativos de táxi; e 13,5% dos trabalhadores em aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais. Por outro lado, em relação à possibilidade de escolha de dias e horários de forma independente, os menores percentuais foram observados nos aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais (40,0%), mesmo que os trabalhadores estivessem menos sujeitos a outras formas de influência, por parte das plataformas, sobre sua jornada de trabalho. Esse percentual mais baixo pode estar relacionado, entre outros fatores, ao fato de que algumas categorias de trabalhadores, sobretudo aqueles que prestam serviços presencialmente em locais determinados, podem ter que cumprir horários estabelecidos por clientes ou pelas plataformas.

Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência que trabalhavam por meio de plataformas de serviços, por tipo de influência na determinação da jornada de trabalho e existência de influência, segundo o tipo de plataforma de serviço utilizada no trabalho principal (%)

Tipo de plataforma de serviço utilizada no trabalho principal (1)	Tipo de influência na determinação da jornada de trabalho e existência de influência (%)											
	Incentivos, bônus ou promoções que mudam os preços			Ameaças de punições, bloqueios realizados pela plataforma			Sugestão de turnos e dias pela plataforma			Possibilidade de escolha de dias e horários de forma independente		
	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe	Sim	Não	Não sabe
Aplicativo de táxi (2)	32,2	58,3	9,5	24,0	67,2	8,9	18,5	73,7	7,8	60,6	32,1	7,3
Aplicativo de transporte particular de passageiros (3)	63,2	31,9	4,9	42,3	52,0	5,7	29,2	66,7	4,1	83,8	13,3	2,9
Aplicativo de entrega - Entregadores	54,5	38,6	7,0	32,8	60,4	6,8	31,0	63,2	5,8	70,8	23,4	5,8
Aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais	13,5	83,2	3,3	4,5	92,5	3,0	7,6	90,0	2,4	40,0	58,3	1,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares.

(1) Inclui apenas as pessoas que exerceram trabalho por um único tipo de aplicativo de serviços, dentre os pesquisados. (2) Aplicativo próprio para motoristas de táxi, incluindo aplicativos de cooperativas locais de taxistas e outros aplicativos voltados para a categoria. (3) Exclusive aplicativo de táxi.

¹⁸ No caso dos aplicativos de entrega, essa análise foi restrita a ocupações compatíveis com a função de entregador.

Teletrabalho

Embora não seja um fenômeno novo, nos últimos anos, principalmente com o advento da pandemia de COVID-19 e a necessidade de isolamento social para redução da disseminação do vírus¹⁹, o teletrabalho se tornou mais relevante na organização do trabalho. Devido a melhorias tecnológicas e à crescente demanda por flexibilidade, à redução de custos e tempo de deslocamento, assim como outros benefícios, essa modalidade ganhou espaço ao redor do mundo. Nesse contexto, a divulgação de dados sobre teletrabalho desempenha um papel fundamental, ao fornecer informações valiosas sobre tendências, impactos e perfis das pessoas ocupadas, dado que, com o fim da situação de emergência em saúde pública relacionada à COVID-19, enquanto muitos trabalhadores voltaram ao trabalho presencial, outros tantos continuam a exercê-lo de forma remota.

A investigação empreendida pela PNAD Contínua sobre o tema foi a campo no 4º trimestre de 2022, por meio de um módulo da pesquisa que utilizou os conceitos e a metodologia sobre trabalho no domicílio, trabalho remoto e teletrabalho definidos pela OIT²⁰, considerando-se para tal o trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas e que não estavam afastadas do trabalho²¹ no período de referência.

Para a pesquisa²², o trabalho no domicílio refere-se às pessoas que, em pelo menos 1 dia nos 30 dias do período de referência, trabalharam no próprio domicílio. O trabalho no domicílio pode não ser classificado como trabalho remoto se o próprio domicílio for o local padrão de trabalho do empreendimento. É o caso, por exemplo, de uma pessoa que trabalha por conta própria, cujo empreendimento

não possui um escritório ou loja e funciona em sua residência. Para essa pessoa, o domicílio não é um local alternativo, e, portanto, essa não é uma situação que configura um trabalho remoto. Dito isso, o trabalho remoto deve, sempre, ser realizado em um local alternativo de trabalho para o ocupado naquele empreendimento/empresa²³. Por fim, tem-se o conceito do teletrabalho, que é um trabalho remoto exercido com a utilização de equipamentos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a realização das tarefas laborais, tais como: computador, *tablet*, telefone fixo ou móvel.

Trabalho remoto e teletrabalho

No Brasil, foram estimadas 99,4 milhões de pessoas com 14 anos ou mais de idade ocupadas²⁴. Considerando-se que o módulo da PNAD Contínua sobre o tema trata de pessoas ocupadas e não afastadas, esse número alcançou 96,7 milhões de pessoas, sendo esse contingente o foco da análise sobre teletrabalho e trabalho remoto, tanto em relação aos indicadores gerais, quanto no que respeita aos indicadores de domicílio e fora do domicílio.

O total de pessoas que realizaram trabalho remoto no período de referência de 30 dias, seja de forma habitual, seja ocasional, foi 9,5 milhões. Essa população representa 9,8% do total de ocupados do País, com diferenças consideráveis entre as Grandes Regiões, variando de 6,0%, na Região Norte, a 11,8%, na Sudeste.

No grupo dos que realizaram trabalho remoto, existe o subgrupo de teletrabalhadores, composto por 7,4 milhões de pessoas que, conforme sinalizado anteriormente, estão em trabalho remo-

Pessoas ocupadas na semana de referência, por realização de trabalho remoto e teletrabalho

Grandes Regiões	Total (1 000 pessoas)	Realizou trabalho remoto		Realizou teletrabalho	
		Total (1 000 pessoas)	Percentual (%)	Total (1 000 pessoas)	Percentual (%)
Brasil	96 695	9 462	9,8	7 399	7,7
Norte	8 003	482	6,0	326	4,1
Nordeste	22 015	1 657	7,5	1 153	5,2
Sudeste	43 073	5 067	11,8	4 197	9,7
Sul	15 347	1 506	9,8	1 136	7,4
Centro-Oeste	8 257	751	9,1	587	7,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, excluídas as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

¹⁹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Teleworking arrangements during the COVID-19 crisis and beyond*. Geneva: ILO, 2021. 16 p. Trabalho apresentado virtualmente no Second Employment Working Group Meeting, realizado de 14 a 16 de abril de 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---ddg_p/documents/publication/wcms_791858.pdf. Acesso em: out. 2023.

²⁰ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *COVID-19: guidance for labour statistics data collection: defining and measuring remote work, telework, work at home and home-based work*. Geneva: ILO, 2020. 14 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_747075.pdf. Acesso em: out. 2023.

²¹ Não foram consideradas as pessoas afastadas, devido ao período de referência da pesquisa, no que se refere à identificação da ocorrência de trabalho remoto e teletrabalho, ser de 30 dias, e o afastamento poder impactar a captação do teletrabalho, causando viés nos indicadores.

²² Consultar a publicação sugerida na nota 6.

²³ Para empregados, esse local alternativo é diferente das propriedades do empregador, do cliente, ou até mesmo do espaço público, se a natureza das funções implicar a sua realização em espaço público, incluindo veículo automotor. Alguns exemplos de locais alternativos aos empregados são: o próprio domicílio, outro domicílio, cafés, espaços abertos de *coworking*, desde que não estejam sob controle do empregador ou cliente etc. No caso de empregador ou conta própria, é considerado trabalho remoto quando executado fora das instalações do próprio empreendimento ou de clientes, e até mesmo em espaço público, seguindo orientação semelhante ao de empregado.

²⁴ Conforme tabela disponibilizada no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, referente ao 4º trimestre de 2022, no endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4096>.

to e fizeram uso de equipamentos de TIC²⁵ para trabalhar. A diferença de 2,1 milhões de pessoas (trabalho remoto menos teletrabalho), portanto, está associada a indivíduos que trabalharam de forma remota, isto é, em local alternativo, mas não fizeram uso desses equipamentos.

Em 2022, 7,7% dos ocupados realizaram teletrabalho no período de referência, com diferenças significativas, segundo as Grandes Regiões: 4,1%, na Norte; 5,2%, na Nordeste; 7,1%, na Centro-Oeste; 7,4%, na Sul; e 9,7%, na Sudeste.

Teletrabalho e características socioeconômicas

Sexo, idade, nível de instrução e cor ou raça

A proporção de mulheres ocupadas que realizaram teletrabalho foi maior que a dos homens: 8,7% contra 6,8%. A população branca (11,0%) obteve percentuais superiores ao dobro dos observados nas populações preta (5,2%) e parda (4,8%). Em relação aos grupos etários, verifica-se que, entre os adolescentes (14 a 17 anos), o teletrabalho foi realizado por 1,2% desse grupo, sendo o percentual mais baixo sob essa perspectiva de análise. Considerando-se as pessoas de 25 a 39 anos de idade, 9,7% dos ocupados eram teletrabalhadores, enquanto entre os idosos (60 anos ou mais) essa proporção situou-se em 6,1%.

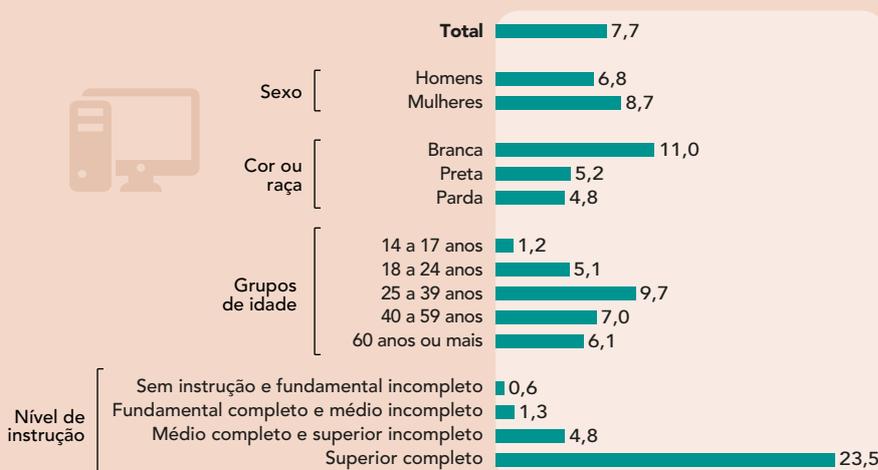
A diferença mais acentuada foi observada por níveis de instrução. Entre as pessoas ocupadas sem instrução ou com fundamental incompleto, apenas 0,6% eram teletrabalhadores no período de referência. Essa prevalência subiu um pouco para as pessoas com fundamental completo ou com médio incompleto (1,3%). Para aquelas que possuíam o ensino médio completo ou superior incompleto, o percentual foi 4,8%, porém, para aquelas com ensino superior completo, a realização de teletrabalho chegou a 23,5%, ou seja, quase ¼ desse grupo.

Dos teletrabalhadores, 51,2% eram homens e 48,8%, mulheres. Na análise por grupos etários, observa-se que 49,6% tinham de 25 a 39 anos de idade, 35,4% situavam-se no grupo de 40 a 59 anos, e,

somando-se as duas faixas, a participação conjunta chegava a 85,0%. O contingente dos teletrabalhadores era predominado por pessoas de cor ou raça branca (63,3%), seguindo-lhe as pardas (27,1%) e pretas (7,7%). Mais de ⅓ desses ocu-

padados tinham o nível superior completo (69,1%), enquanto menos de 5% não possuíam o nível médio completo. Pouco mais de ¼ desses ocupados possuíam o ensino médio completo ou superior incompleto (26,8%).

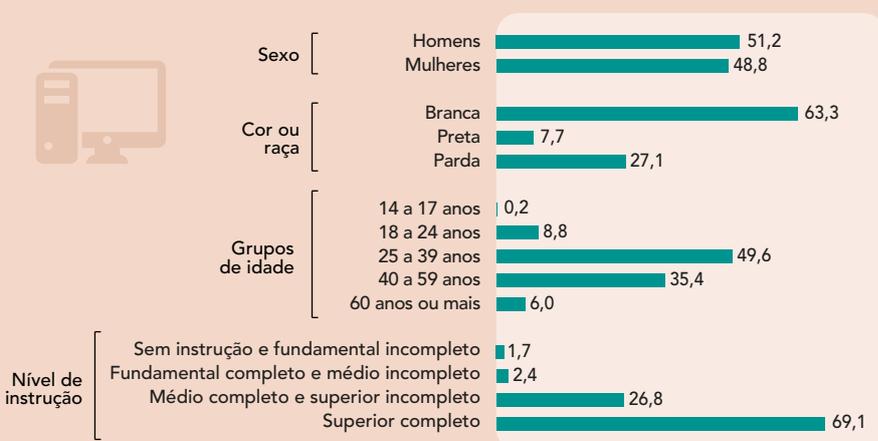
Pessoas ocupadas na semana de referência que realizaram teletrabalho, segundo o sexo, a cor ou raça, os grupos de idade e o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência que realizaram teletrabalho, segundo o sexo, a cor ou raça, os grupos de idade e o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

²⁵ Ocupados que utilizaram computador, tablet ou telefone (fixo ou celular) para realizar as tarefas do trabalho principal.

Posição na ocupação e categoria do emprego, atividade e ocupação

Ao ampliar a análise para os dados relacionados ao trabalho em si, também se observam características específicas das pessoas que realizaram teletrabalho. É importante destacar que, pela definição de teletrabalho, diversas profissões apresentaram baixa correlação com essa forma de trabalho, e os motivos são diversos: necessidade de presença física, uso de equipamentos ou materiais específicos que não estão relacionados aos equipamentos de TIC, necessidade de deslocamento frequente, como pessoas que trabalham em espaços públicos, entre outros.

A começar pela posição na ocupação e categoria do emprego, observa-se que a maior prevalência de teletrabalhadores ocorreu entre os empregadores (16,6%), seguidos pelos empregados no setor público (11,6%). Os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada apresentaram uma taxa de teletrabalhadores maior do que a observada entre os sem carteira assinada (8,2% e 7,5%, respectivamente), figurando, a seguir, os trabalhadores por conta própria (5,7%) e os trabalhadores familiares auxiliares (2,1%). Por fim, observou-se um percentual nulo de teletrabalho no grupo de trabalhadores domésticos (o número de pessoas foi baixo devido à metodologia da pesquisa²⁶, bem como às atividades associadas à ocupação que têm baixa correlação com o teletrabalho).

Sob a perspectiva dos grupamentos de atividade, observa-se que, dos trabalhadores no setor de *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*, 25,8% realizaram teletrabalho em pelo menos um dia nos 30 dias do período de referência, o que pode ser explicado pelo fato de esse grupamento possuir características que favorecem tal modalidade, como: serviços de tecnologia da informação, jurídicos, de contabilidade, de auditoria, financeiros, entre outros. Por outro lado, alguns grupamentos estão associados a atividades com baixa representatividade do teletrabalho como forma de execução das tarefas laborais, como, por exemplo: *Serviço doméstico* (0,0%); *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (0,4%); *Construção* (2,5%); *Alojamento e alimentação* (2,8%); e *Transporte, armazenagem e correio* (2,8%). Pela natureza de suas atividades, como, por exemplo, o próprio serviço doméstico, cultivo e criação de animais, atividades de pedreiro, hospedagem e serviços de alimentação, transporte, armazenagem e correio etc., torna-se mais difícil o teletrabalho para a grande maioria das pessoas desses grupamentos.

Considerando os grupamentos ocupacionais, os *profissionais das ciências e intelectuais* estavam entre aqueles com o maior percentual de teletrabalhadores no País (28,6%). Nesse grupamento, existem ocupações favoráveis ao teletrabalho, como as exercidas por advogados, analistas de sistema e de gestão e administração, professores, contadores, entre outros. Na sequência, figuram os cargos ligados à gestão, direção ou gerência de equipes de trabalho, integrantes do grupamento de *diretores e gerentes*, no qual 26,1% dos ocupados eram teletrabalhadores. A terceira taxa mais alta foi identificada no grupamento de *técnicos e profissionais de nível médio* (16,3%), que exige uma qualificação intermediária, ao menos, e reúne algumas ocupações favoráveis ao teletrabalho, tais

Percentual das pessoas ocupadas na semana de referência que realizaram teletrabalho, por grupamentos de atividades no trabalho principal (%)

Grupamentos de atividades no trabalho principal	Percentual das pessoas ocupadas que realizaram teletrabalho (%)
Total	7,7
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,4
Indústria geral	5,2
Construção	2,5
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	5,5
Transporte, armazenagem e correio	2,8
Alojamento e alimentação	2,8
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	25,8
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	11,1
Outro serviço	6,3
Serviço doméstico	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

Percentual das pessoas ocupadas na semana de referência que realizaram teletrabalho, por grupamentos ocupacionais no trabalho principal (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

²⁶ Consultar a publicação sugerida na nota 6.

como: profissionais relacionados a serviços jurídicos, técnicos de redes e sistemas de computadores, técnicos em operações de tecnologia da informação e das comunicações, entre outras. Trabalhadores de apoio administrativo, que, em muitos casos, podem executar suas tarefas de forma remota, com destaque para os escriturários gerais, apresentaram um percentual de 9,5%.

Algumas ocupações, por outro lado, estão relacionadas à baixa adesão ao teletrabalho, o que também está associado à sua natureza e às suas tarefas, que, em boa parte, não podem ser feitas remotamente. Destacam-se, nesse sentido, os seguintes grupos: de *operadores de instalações e máquinas e montadores* (0,0%), cujas atividades, em geral, são executadas *in loco*, ou seja, dificilmente são realizadas em local alternativo; de *ocupações elementares* (0,1%), que englobam trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza, trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca, florestais, da mineração, da construção, da indústria de transformação, do transporte, do armazenamento, ajudantes de preparação de alimentos, ambulantes, coletores de lixo, entre outros; e de *trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca* (0,3%).

Em 2022, 65,8% dos teletrabalhadores faziam parte dos grupamentos de *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*. Destaca-se que essas duas atividades, considerando-se todos os ocupados, não chegavam a representar 30% do contingente total.

A análise por grupamentos ocupacionais mostra que 45,6% dos teletrabalhadores eram *profissionais das ciências e intelectuais*; 17,6%, *técnicos e profissionais de nível médio*; 12,2%, *trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados*; 11,5%, *diretores e gerentes*; e 10,3%, *trabalhadores de apoio administrativo*. Somando-se, o percentual das pessoas que realizaram teletrabalho alcançou 97,1%. Considerando-se todos os ocupados, esses cinco grupos correspondiam a 54,8% das pessoas.

Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência, total e por realização de teletrabalho, segundo os grupamentos de atividade e ocupacionais no trabalho principal (%)

Grupamentos de atividade e ocupacionais no trabalho principal	Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência (%)	
	Total	Realizou teletrabalho
Grupamentos de atividades		
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8,6	0,5
Indústria geral	12,8	8,6
Construção	7,4	2,5
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,5	14,1
Transporte, armazenagem e correio	5,4	2,0
Alojamento e alimentação	5,4	2,0
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	12,0	40,6
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	17,4	25,2
Outro serviço	5,5	4,5
Serviço doméstico	5,9	0,0
Grupamentos ocupacionais		
Diretores e gerentes	3,4	11,5
Profissionais das ciências e intelectuais	12,2	45,6
Técnicos e profissionais de nível médio	8,3	17,6
Trabalhadores de apoio administrativo	8,3	10,3
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	22,6	12,2
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	5,5	0,2
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	13,4	1,9
Operadores de instalações e máquinas e montadores	9,1	0,1
Ocupações elementares	16,3	0,2
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0,8	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

Rendimento do trabalho e horas trabalhadas

O rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas²⁷ foi R\$ 2 714 em 2022; para aquelas que realizaram teletrabalho, alcançou R\$ 6 479; e, para as que não o fizeram, R\$ 2 398, sendo o primeiro 2,7 vezes maior que o segundo. A diferença entre os dois rendimentos foi R\$ 4 081 no Brasil. Enfatiza-se que os dados da PNAD Contínua não indicam que o maior rendimento médio dos teletrabalhadores seja uma consequência do teletrabalho, mas,

sim, que o perfil predominante das pessoas em teletrabalho está correlacionado com maiores rendimentos, em razão de fatores diversos, tais como: ocupações relacionadas a maior nível de escolaridade; empresas inseridas em atividades que pagam maiores remunerações; existência de estrutura para o teletrabalho no próprio domicílio, a qual costuma ser cara e, muitas vezes, não é custeada pela empresa; disponibilidade de acesso e de pagamento para Internet de qualidade, entre outros.

²⁷ Foram consideradas as pessoas ocupadas com rendimento de trabalho e não afastadas do trabalho no período de referência.

A análise regional mostra que o rendimento de quem realizou teletrabalho foi maior na Região Centro-Oeste e menor na Nordeste (R\$ 7 255 e R\$ 4 820, respectivamente); no entanto, em todas as Grandes Regiões, os teletrabalhadores obtiveram rendimento médio do trabalho superior ao daqueles que não realizaram teletrabalho.

Rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho habitualmente recebido no trabalho principal, por realização de teletrabalho (R\$)

Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real, por realização de teletrabalho (R\$)		
	Total	Realizou teletrabalho	Não realizou teletrabalho
Brasil	2 714	6 479	2 398
Norte	2 139	5 427	1 993
Nordeste	1 810	4 820	1 641
Sudeste	3 066	7 045	2 633
Sul	3 048	5 962	2 812
Centro-Oeste	3 172	7 255	2 859

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

Em relação às horas habitualmente trabalhadas por semana, as médias dos que realizaram teletrabalho foram bem próximas das observadas para aqueles que não o fizeram. Tanto para o Brasil quanto entre as Grandes Regiões, não foram identificadas diferenças significativas, indicando que o teletrabalho, na média, não parece aumentar muito a carga horária de trabalho dos ocupados. No Brasil, os números levantados foram: 39,7 horas para os que realizaram teletrabalho, e 39,3 horas, tanto para o total de ocupados como para os que não executaram teletrabalho.

Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas ocupadas, por realização de teletrabalho (horas)

Grandes Regiões	Média de horas habitualmente trabalhadas por semana, por realização de teletrabalho (horas)		
	Total	Realizou teletrabalho	Não realizou teletrabalho
Brasil	39,3	39,7	39,3
Norte	37,6	38,2	37,6
Nordeste	37,2	37,6	37,2
Sudeste	40,1	40,5	40,1
Sul	40,5	39,2	40,6
Centro-Oeste	40,3	39,1	40,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

Trabalho remoto e teletrabalho no domicílio

No tópico anterior, foram analisados indicadores associados ao teletrabalho como um todo, isto é, aquele que poderia ser realizado no próprio domicílio ou em outros espaços. Neste tópico, são apresentados indicadores associados ao teletrabalho no domicílio e ao trabalho remoto no domicílio, sendo o domicílio de residência, em ambos os casos, um local alternativo de trabalho.

Das 96,7 milhões de pessoas ocupadas e não afastadas, 15,6% (15,1 milhões) trabalharam no próprio domicílio durante o período de referência. O trabalho remoto no domicílio ocorreu para um contingente menor (9,0%, ou 8,7 milhões de ocupados). Por fim, o último subgrupo dessa análise corresponde às pessoas que realizaram o trabalho remoto e utilizaram equipamentos de TIC, isto é, os teletrabalhadores no domicílio (7,3%, ou 7,0 milhões de ocupados), segundo a metodologia utilizada. Como visto anteriormente, 7,4 milhões de pessoas realizaram teletrabalho em 2022, o que significa que 94,8% das pessoas que executaram teletrabalho o fizeram no próprio domicílio. Essa informação é importante para sinalizar que boa parte dos resultados a seguir se situam próximos aos do teletrabalho geral.

A Região Sudeste apresentou as maiores taxas de pessoas trabalhando no domicílio (17,6%), realizando trabalho remoto no domicílio (10,9%) e teletrabalho no domicílio (9,3%), enquanto a Região Norte, as menores taxas do País (12,9%, 5,4% e 3,8%, respectivamente).

Pessoas ocupadas na semana de referência, por realização de trabalho, trabalho remoto e teletrabalho no domicílio (%)

Grandes Regiões	Pessoas ocupadas na semana de referência (%)		
	Realizou trabalho no domicílio	Realizou trabalho remoto no domicílio	Realizou teletrabalho no domicílio
Brasil	15,6	9,0	7,3
Norte	12,9	5,4	3,8
Nordeste	14,1	6,8	4,9
Sudeste	17,6	10,9	9,3
Sul	14,1	9,0	7,0
Centro-Oeste	14,2	8,5	6,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

Teletrabalho no domicílio e características socioeconômicas

Sexo, idade, nível de instrução e cor ou raça

Seguindo o mesmo perfil do teletrabalho geral, as taxas de teletrabalho no domicílio foram maiores: para as mulheres (8,4% contra 6,4% dos homens); nos grupos etários de 25 a 39 anos (9,2%) e 40 a 59 anos (6,6%); para as pessoas brancas (10,5%), em comparação às pretas (4,8%) e pardas (4,5%); e para as pessoas com o nível superior completo (22,5%).

Em 2022, das pessoas em teletrabalho no domicílio, 50,9% eram homens e 49,1%, mulheres. As faixas etárias de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, somadas, representavam 85,0%. A exemplo do verificado para o teletrabalho geral, o contingente das pessoas em teletrabalho no domicílio também era predominado por pessoas de cor ou raça branca (63,7%) e com o nível superior completo (69,8%).

Posição na ocupação e categoria do emprego, atividade e ocupação

A categoria com o maior percentual de teletrabalhadores foi a dos empregadores (15,5%), seguida pela dos empregados no setor público (11,3%). Os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada apresentaram uma taxa maior do que a dos sem carteira assinada (8,2% e 7,5%, respectivamente). Os trabalhadores por conta própria (4,6%), os trabalhadores familiares auxiliares (2,1%) e os trabalhadores domésticos (0,0%) registraram os menores percentuais.

O grupamento de atividade *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* foi o mais representativo em relação ao teletrabalho no domicílio. De todos os ocupados nesse grupo, 24,5% estavam em teletrabalho, seguindo-lhe o grupamento *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*, com 10,8%. Esses dois grupamentos congregaram 66,3% de todos os que realizaram teletrabalho no domicílio.

No que respeita aos grupamentos ocupacionais, os *profissionais das ciências e intelectuais* apresentaram a maior participação no teletrabalho no domicílio (27,3%), seguindo-lhe os grupamentos de *diretores e gerentes* (25,3%) e *técnicos e profissionais de nível médio* (15,4%). Esses três grupamentos corresponderam a 75,2% dos ocupados que realizaram teletrabalho no domicílio.

Rendimento do trabalho e horas trabalhadas

O rendimento médio mensal real dos teletrabalhadores no domicílio, em geral, foi maior que o observado para o total de teletrabalhadores, entretanto as diferenças foram pequenas. Não houve mudanças significativas entre as Grandes Regiões e Unidades da Federação com os maiores e menores rendimentos. No País, esse rendimento foi R\$ 6 567, sendo mais acentuado na Região Centro-Oeste (R\$ 7 365), principalmente no Distrito Federal (R\$ 9 179), onde se registrou o maior rendimento médio do Brasil. A Região Nordeste, por sua vez, apresentou o menor rendimento (R\$ 4 918), com destaque para o Estado do Maranhão (R\$ 3 928), com o menor rendimento do País²⁸.

Em relação às horas habitualmente trabalhadas por semana, as médias dos que realizaram teletrabalho no domicílio foram bem próximas das observadas para aqueles que não o fizeram (39,7 horas e 39,3 horas, respectivamente)²⁹. Da mesma forma, por Grandes Regiões e Unidades da Federação, não foram identificadas diferenças significativas.

Frequência do teletrabalho no domicílio

Para avaliar o grau de teletrabalho para grupos distintos de ocupados, foram consideradas três categorias: normalmente, regularmente e ocasionalmente. A categoria normalmente se aplica às pessoas que trabalhavam na maior parte dos dias da semana nessa condição; a categoria regularmente, às pessoas que não trabalhavam na maior parte dos dias, mas pelo menos 1 vez na semana nessa condição; e, por fim, a categoria ocasionalmente, às pessoas que não trabalhavam na maior parte do tempo, bem como não trabalhavam nessa condição todas as semanas, ou seja, não tinham uma regularidade semanal, entretanto assim trabalharam pelo menos 1 vez nos 30 dias do período de referência.

Das pessoas em teletrabalho no domicílio, 32,0% (2,2 milhões) o faziam normalmente; 58,5% (4,1 milhões), regularmente; e 9,4% (661 mil), ocasionalmente. Considerando-se os 96,7 milhões de pessoas ocupadas e não afastadas, 2,3% (2,2 milhões) realizaram teletrabalho no domicílio na maior parte dos 30 dias do período de referência. Na análise por sexo, observa-se que os homens apresentaram maior percentual de teletrabalho no domicílio na frequência normalmente (33,1% contra 31,0%), enquanto as mulheres, na frequência regularmente (60,1% contra 57,1%).

O percentual de pessoas com o nível superior completo que exerciam teletrabalho no domicílio normalmente foi 30,5%, enquanto 60,1% trabalhavam nessa condição regularmente. Das pessoas com nível médio completo ou superior incompleto e que realizaram teletrabalho no domicílio, 35,9% o faziam normalmente.

Pessoas ocupadas na semana de referência que realizaram teletrabalho no domicílio, por frequência do teletrabalho no domicílio, segundo o sexo e o nível de instrução (%)

Sexo e nível de instrução	Frequência do teletrabalho no domicílio (%)		
	Normalmente	Regularmente	Ocasionalmente
Total	32,0	58,5	9,4
Sexo			
Homens	33,1	57,1	9,8
Mulheres	31,0	60,1	9,0
Nível de instrução			
Sem instrução e fundamental incompleto	33,8	58,4	7,8
Fundamental completo e médio incompleto	32,6	57,2	10,2
Médio completo e superior incompleto	35,9	54,5	9,5
Superior completo	30,5	60,1	9,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

²⁸ Conforme tabela disponibilizada no SIDRA, no endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9580>.

²⁹ Conforme tabela disponibilizada no SIDRA, no endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9581>.

Existência de computador e acesso à Internet no domicílio

O teletrabalho é um trabalho remoto, ou seja, é realizado em local alternativo ao local padrão de trabalho, com o uso de algum equipamento de TIC para a consecução das atividades profissionais. O computador é um dos principais equipamentos utilizados no teletrabalho, assim como a disponibilidade da Internet é muito importante para a comunicação, o compartilhamento de arquivos, bem como para o acesso a sistemas e plataformas de trabalho, entre outras atividades.

Em 2022, 49,6% dos domicílios das pessoas ocupadas possuíam computador e Internet, proporção essa que aumenta consideravelmente ao se considerar o percentual de teletrabalhadores com tais recursos em sua própria residência (91,2%). Menos de 9% das pessoas em teletrabalho no domicílio não possuíam computador e possuíam acesso à Internet no domicílio. Por outro lado, independentemente de dispor ou não de computador, quase a totalidade desses teletrabalhadores (99,8%) possuíam acesso à Internet no domicílio. Esses números demonstram a relevância de tais recursos para esse contingente populacional.

Pessoas ocupadas na semana de referência, por realização de teletrabalho no domicílio, segundo a existência de computador e acesso à Internet no domicílio (%)

Existência de computador e acesso à Internet no domicílio	Realização de teletrabalho no domicílio (%)		
	Total	Realizou teletrabalho no domicílio	Não realizou teletrabalho no domicílio
Havia computador e não havia acesso à Internet	0,1	0,1	0,1
Não havia computador e havia acesso à Internet	47,1	8,6	50,1
Havia computador e acesso à Internet	49,6	91,2	46,4
Não havia computador e nem acesso à Internet	3,2	0,1	3,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive as pessoas ocupadas que estavam afastadas do trabalho.

Teletrabalho fora do domicílio e características socioeconômicas

Em 2022, aproximadamente 904 mil pessoas realizaram teletrabalho fora do domicílio, ou seja, utilizaram algum outro espaço para executar as atividades laborais de forma remota que não fosse a própria residência, o que representou 0,9% do total de ocupados. Esses locais poderiam ser: outros domicílios, cafés, hotéis, bibliotecas, outros espaços públicos, por exemplo.

Cabe destacar que, desse contingente de teletrabalhadores, 520 mil realizaram também teletrabalho no domicílio, ou seja, aproximadamente 384 mil pessoas executaram teletrabalho somente fora do domicílio. Apesar de o teletrabalho representar uma flexibilização maior da forma e do local de trabalho do indivíduo, percebe-se a sua concentração na própria residência. Existem algumas questões que podem explicar essa situação, tais como: boa parte das pessoas não possuem dispositivo com facilidade de deslocamento para trabalhar, como um notebook; conexão da Internet no domicílio pode ser mais estável e confiável; segurança da própria pessoa; dados sensíveis do seu trabalho, entre outras condicionantes.

Considerando-se as pessoas ocupadas em teletrabalho fora do domicílio, 58,6% eram homens e 41,4%, mulheres; no domicílio, o percentual de teletrabalhadores homens foi menor (50,9%). Por nível de instrução, 66,8% tinham o nível superior completo, enquanto 94,0%, ao menos o ensino médio completo. Apenas 3,4% dessas pessoas eram sem instrução ou com fundamental incompleto, e 2,6% possuíam o fundamental completo ou médio incompleto. Considerando-se os grupamentos ocupacionais, 45,2% eram *profissionais das ciências e intelectuais*, e 17,5%, *técnicos e profissionais de nível médio*, números esses semelhantes aos observados para o teletrabalho no domicílio. Os *trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados* figuraram, também, em destaque no teletrabalho fora do domicílio, com 17,1% das pessoas pertencendo a esse grupo ocupacional. Essa elevada participação está associada, principalmente, aos comerciantes de lojas e vendedores a domicílio, que representavam quase metade dos teletrabalhadores fora do domicílio nesse grupamento. ■

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pexels
Unsplash

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgeoficial



/ibgeoficial



@ibgeoficial



/ibgecomunica



/ibgeoficial



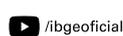
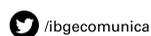
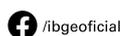
Saiba mais sobre a
pesquisa.

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



APONTE SUA CÂMERA PARA OS QR CODES,
ACESSE, USE E COMPARTILHE



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

